

**XXXI CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI BRASÍLIA - DF**

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I

GIOVANI DA SILVA CORRALO

VIVIAN DE ALMEIDA GREGORI TORRES

EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Giovani da Silva Corralo, Vivian de Almeida Gregori Torres, Emerson Affonso da Costa Moura – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-068-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: UM OLHAR A PARTIR DA INOVAÇÃO E DAS NOVAS TECNOLOGIAS

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXXI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA - DF

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I

Apresentação

APRESENTAÇÃO

Com alegria apresentamos os textos aprovados, apresentados e debatidos no grupo de trabalho “Direitos sociais e políticas públicas I” no XXXI Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu* com o tema “Um olhar a partir da inovação e das novas tecnologias”.

Em um país marcado por amplas desigualdades (econômicas, sociais, de gênero, raça...) a promoção dos direitos sociais é forma de realização do primado da justiça social prevista na ordem constitucional brasileira, o que ocorrerá através de planos e ações governamentais.

Tema crescente na área do Direito, a abordagem em Direito e Políticas Públicas busca discutir temas da teoria, dogmática e prática jurídica à luz dos programas estatais, de forma a verificar dentro do campo de públicas, o papel da ciência jurídica na concretização dos bens e objetivos constitucionais. Em matéria de direitos humanos-fundamentais, em específico, os direitos sociais, assume relevância já que demandam para a sua fruição a adjudicação de bens, serviços e utilidades pelo seu titular, que envolve a obrigatoriedade de uma atuação dos poderes públicos.

No trabalho “ENTRE O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL: RETRATO DO BPC-LOAS EM TEMPOS DE CORTES DE GASTOS” analisa-se a garantia do BPC-LOAS como uma das políticas públicas previdenciárias que atende a cláusula geral da dignidade da pessoa humana ao garantir componentes essenciais para a fruição dos direitos humanos-fundamentais do seu titular.

No texto “ESCUITA ESPECIALIZADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ABORDAGEM DO PROGRAMA BEM ME QUER TERÊ” parte-se da importância do instrumento da escuta especializada no Programa Bem Me Quer Terê do Centro de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual como forma de garantir a proteção integral da criação e do adolescente.

Na pesquisa “EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO: SINAL DOS TEMPOS NEOLIBERAIS” se discute a agenda de política pública neoliberal de

flexibilização das relações dos trabalhos e das garantias sociais do trabalhador, a partir do resgate histórico do movimento, que culminou com a extinção da instituição responsável por sua proteção e promoção.

O texto “O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO” faz abordagem da fiscalização e o monitoramento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCEPA) entre 2011 e 2022 em unidades de conservação estaduais como forma de contribuir com o monitoramento das políticas públicas.

O trabalho “O IMPACTO DA PESQUISA QUALITATIVA NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE” busca delimitar a contribuição do conhecimento no ciclo de políticas públicas, em especial, na formulação e implementação das ações governamentais na área de saúde no Brasil.

A pesquisa “O QUADRO DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA AMAPÁ JOVEM: APLICANDO O MÉTODO NA ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS (DPP)” verifica o programa de promoção da inclusão social e produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade do Estado do Amapá utilizando o método quadro de referência, proposto por Maria Paula Dallari Bucci.

O texto “PENSANDO NOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2030: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES” discute a partir da desigualdade econômica e social a inter-relação entre uma educação de qualidade e ambiental em meio às desigualdades sociais.

O trabalho “A POLÍTICAS PÚBLICAS COMUNS ENTRE OS ENTES FEDERADOS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E SUAS INTERSECÇÕES COM A AGENDA 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS” verifica a interação entre o programa nacional de combate à fome com as ODS, em especial, no que tange ao financiamento entre os entes federados da ação governamental.

A pesquisa “PREVENÇÃO DE TRAGÉDIAS CLIMÁTICAS URBANAS: A IMPLEMENTAÇÃO DO DIÁLOGO COMPETITIVO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS” faz a abordagem do diálogo competitivo como instrumento jurídico de formulação de políticas públicas de natureza climática, que demanda soluções inovadoras para tais questões contemporâneas.

No texto “RESULTADOS INICIAIS DO PROGRAMA "SOLO SEGURO-FAVELA": OS DIREITOS À MORADIA E À PROPRIEDADE TRADUZIDOS EM POLÍTICA PÚBLICA.” busca-se discutir o programa de regularização e integração ao dos assentamentos urbanos informais ao ordenamento territorial à luz da busca das finalidades jurídicas de justiça social e de desenvolvimento sustentável.

Por fim, “VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E IMPACTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE COM BASE NO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (SIMA)” aponta-se a importância da adoção da tecnologia para a promoção e proteção dos direitos humanos e a formulação de políticas públicas eficazes que promovam um ambiente educacional seguro e inclusivo.

Todos os trabalhos trazem uma amostra da preocupação crescente da pesquisa em Pós-graduação em Direito e dos trabalhos acadêmicos dos pesquisadores com a busca da efetividade dos direitos sociais, bem como, a superação de todas as formas da desigualdade com a concretização das políticas públicas trazendo os contributos da ciência jurídica na matéria.

Brasília, 27 de Novembro de 2024.

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Giovani da Silva Corralo

Universidade de Passo Fundo

Profa. Dra. Vivian de Almeida Gregori Torres

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

O IMPACTO DA PESQUISA QUALITATIVA NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

THE IMPACT OF QUALITATIVE RESEARCH ON THE FORMULATION AND IMPLEMENTATION OF PUBLIC HEALTH POLICIES

Claudio Alberto Gabriel Guimaraes ¹

Andrea Teresa Martins Lobato ²

Amailton Rocha Santos ³

Resumo

A pesquisa científica possui a finalidade de produzir novos conhecimentos. Nesse aspecto, considerando o contexto das Ciências Sociais Aplicadas, o pesquisador precisa estar atento à realidade social, exigindo um controle metodológico rigoroso para a sua investigação. Pautas sobre a Saúde Pública, a exemplo, constam no rol de questões a serem trabalhadas no contexto das pesquisas jurídico-científicas. Desse modo, o presente trabalho tem a pretensão de investigar em que medida a Pesquisa Qualitativa contribui na implementação das Políticas Públicas no campo da Saúde no Brasil. Trazendo como hipótese o fato desse método possibilitar a interpretação mais aprofundada das inúmeras particularidades sociais, a partir da forma de interpretação e análise dos dados obtidos através das técnicas de coleta de informações na investigação. Para a sustentação da referida hipótese, utilizou-se o raciocínio indutivo, assim como os critérios referentes ao método jurídico-descritivo, com técnicas de pesquisa de revisão bibliográfica e análise documental, fundamentais para o deslinde da investigação.

Palavras-chave: Pesquisa científica, Método qualitativo, Políticas públicas de saúde, Ciências sociais aplicadas, Realidade social

Abstract/Resumen/Résumé

Scientific research aims to produce new knowledge. In this aspect, considering the context of Applied Social Sciences, the researcher needs to be aware of social reality, requiring rigorous methodological control for their investigation. Agendas on Public Health, for example, are on the list of issues to be worked on in the context of legal-scientific research. Therefore, the present work aims to investigate the extent to which Qualitative Research contributes to the implementation of Public Policies in the field of Health in Brazil. Taking as a hypothesis the

¹ Doutor em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa.

² Doutora em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Direito Público pela Faculdade de Educação Santa Teresina - FEST.

fact that this method allows for a more in-depth interpretation of countless social particularities, based on the way of interpreting and analyzing the data obtained through information collection techniques in the investigation. To support the aforementioned hypothesis, inductive reasoning was used, as well as criteria referring to the legal-descriptive method, with research techniques of bibliographic review and document analysis, fundamental to the investigation's unraveling.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Scientific research, Qualitative method, Public health policies, Applied social sciences, Social reality

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da formação do conhecimento humano, a pesquisa científica¹ constituiu um fator de grande importância, principalmente porque mediante os passos metodológicos pode-se ampliar, analisar, coletar ou refutar os dados e informações adquiridos, construindo um conhecimento novo.

Nesse sentido, pesquisar detém o significado de investigar, com o objetivo de conhecer ou descobrir algo, sendo, portanto, uma forma de difundir e produzir o conhecimento. Indo mais além, a pesquisa auxilia no encontro de respostas para assertivas ou problemas que não possuem soluções imediatas.

No âmbito das Ciências Sociais, o pesquisador social necessita observar a realidade social, especialmente, devido às diversas mudanças que ocorrem dentro da sociedade, e para isso, precisa ter um controle metodológico eficaz para que assim possa realizar a investigação. No campo de concentração das Políticas Públicas de Saúde no Brasil, várias são as problemáticas existentes, seja para a sua efetiva formulação ou implantação no seio da sociedade.

Nessa esfera, a pesquisa científica possui dentre as suas abordagens, a classificação em Qualitativa e a Quantitativa. A Pesquisa Qualitativa ocupa-se de um vasto ambiente de significados, aspirações, valores e atitudes dos fenômenos humanos, que não podem ser mesuradas em números. Enquanto, a Pesquisa Quantitativa, os resultados obtidos podem ser quantificados, por meio de técnicas de mensuração ou estatística.

Este artigo tem como tema a pesquisa qualitativa no âmbito das Políticas Públicas de Saúde. A escolha do tema dá-se em razão da sua relevância, visto que possui capacidade de colaborar socialmente para promover um diálogo acerca da temática, a fim de avaliar as contribuições da pesquisa qualitativa no desenvolvimento científico, observando e analisando as relações sociais, em especial, na eficácia da aplicação de Políticas Públicas de Saúde.

No âmbito acadêmico, a presente pesquisa tem a capacidade de fortalecer os fundamentos jurídicos e epistemológicos na concretização das Políticas Públicas de Saúde. Nesse sentido, o objeto do trabalho proposto é a análise do impacto da Pesquisa Qualitativa na implementação de Políticas Públicas de Saúde no Brasil.

¹ Para Rodrigues e Grubba (2023, p. 24), a pesquisa científica busca resolver os problemas práticos ou teóricos, apresentando novas soluções para os problemas existentes, assim como testando soluções apresentadas, e para isso, descreve, compara, analisa ou refuta.

Indaga-se em que medida a Pesquisa Qualitativa contribui na implementação das Políticas Públicas de Saúde. Considerando o desenvolvimento tardio no âmbito do método qualitativo na produção de pesquisas na área das Políticas Públicas de Saúde, tem-se como hipótese provisória que a pesquisa qualitativa pode contribuir de forma importante na realização eficaz das Políticas Públicas de Saúde, pois apresenta o condão da interpretação mais aprofundada das inúmeras particularidades sociais.

Outrossim, o objetivo geral do trabalho consiste em verificar as contribuições e os impactos do método qualitativo em pesquisas para a implementação de Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Os objetivos específicos são: compreender a evolução do conhecimento científico para a concretização das políticas públicas; descrever os aspectos da pesquisa qualitativa e os seus fundamentos; e por fim, demonstrar o impacto da pesquisa qualitativa na implementação das políticas públicas de saúde.

Diante disso, o presente trabalho recorreu-se as autoras Taquette e Borges (2020), no estudo da Pesquisa Qualitativa, objetivando a aplicação desse método na área das Políticas Públicas de Saúde. Sobretudo, porque com a complexidade da realidade social, torna-se difícil quantificar esses dados, sendo necessário aplicar o método qualitativo para uma melhor compreensão do cenário social.

Para o desenvolvimento da ideia, o artigo encontra-se dividido em cinco seções, a primeira seção sendo esta introdução. Em seguida, na segunda seção será abordada a importância do conhecimento científico e as transformações produzidas que resulta na aplicação de políticas públicas. Na terceira seção, será descrito acerca do método qualitativo, suas etapas e diferenciação com método quantitativo, ressaltando a sua aplicação na área das Ciências Sociais Aplicadas.

Na quarta seção, pretende-se demonstrar o impacto da pesquisa qualitativa nas políticas públicas de saúde. E por fim, em último lugar, será abordado a conclusão do artigo, com as considerações finais e os resultados obtidos após as explanações acima elencadas.

Outrossim, a metodologia² da pesquisa indica os ensejos que o pesquisador deverá percorrer para encontrar as informações corretas e necessárias a serem aplicadas no seu objeto de estudo, visando, assim, à produção do conhecimento.

² Guimarães, Lobato e Marques (2024, p. 9) enfatizam que a metodologia se ocupa dos métodos e técnicas que estarão disponíveis ao pesquisador para o desenvolvimento da pesquisa científica, em um cenário que antecede ao desenvolvimento das ideias, dos argumentos e dos enunciados.

Para alcançar os resultados, o presente trabalho emprega o raciocínio indutivo³, visto que possibilita o questionamento e a crítica, no qual a hipótese pode ser refutada, em um recorte temático que obterá conclusões que irão servir de base para próximos estudos. Com relação ao método de procedimento, escolheu-se o jurídico-descritivo, que realiza uma abordagem preliminar do problema jurídico, ressaltando suas características, percepções e descrições e como as técnicas de pesquisa a revisão bibliográfica⁴ e a documental⁵.

No levantamento bibliográfico foram realizadas busca por artigos científicos nas plataformas do SciELO do Brasil, Google acadêmico, Vlex, Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Academia.Edu e Capes Periódicos, utilizando os seguintes indexadores: “Pesquisa Qualitativa”; “Método Qualitativo”; “Políticas Públicas” e “Saúde”. Por fim, foram feitas leituras de livros e artigos que definem o tema deste trabalho, com a separação dos tópicos que compõe a pesquisa.

2 A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PARA A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O conhecimento⁶ ao longo da construção do pensamento humano passou por várias abordagens, saindo do mundo das ideias, do empirismo, perpassando a lógica e a razão. O conhecimento refere-se ao ato de conhecer, uma relação que se estabelece entre a consciência e o mundo conhecido (Ramos, 2003, p. 1), formado por três elementos básicos: o sujeito, o objeto e a representação.

Nesse sentido, o conhecimento pode ser obtido de algumas maneiras, mediante experiências, provérbios, dados estatísticos, passando de geração em geração, entre outras formas. O processo de formação do conhecimento é uma peça angular no estudo de qualquer ramo da ciência (Ramos, 2003, p. 3).

Nesse processo de formação do conhecimento, temos a existência de distinções entre o senso comum e o conhecimento científico. Conforme Marques Neto (2001, p. 38), o

³ Para Fonseca (2009, p. 48), o método indutivo parte de situações isoladas das quais o pesquisador detecta aspectos fundamentais, e segue para uma situação de generalização, permitindo ao pesquisador realizar categorias teóricas.

⁴ Segundo Fonseca (2009, p. 51), a busca bibliográfica tem por finalidade a coleta de informações em livros, revistas e publicações impressas ou online, sendo uma fonte de grande importância para o desenvolvimento do trabalho.

⁵ Com relação à fonte documental, Fonseca (2009, p. 53) informa que consiste em qualquer tipo de objeto, incluindo atas, manuscritos, textos impressos, que registram os fatos que ocorreram anteriormente.

⁶ Nas palavras de Marques Neto (2001, p. 12), o conhecimento é um processo de permanente retificação, superação de conceitos, explicações, teorias, técnicas e modo de pensar.

conhecimento comum ou senso comum⁷ é um conhecimento prático e assistemático que comanda uma grande maioria das ações diárias dos indivíduos, ganhando maior precisão e confiabilidade à proporção em que é ratificado por outras pessoas.

Para Guimarães, Lobato e Sales (2021, p. 10), o senso comum constitui-se por uma observação desordenada e superficial, que demonstra a carência de aprofundamento e de senso crítico. Nesse viés, o conhecimento comum diferencia-se do conhecimento científico, especialmente, por não deter uma racionalidade ou validade produzida pela investigação científica, resolvendo apenas problemas práticos e imediatos.

Apesar desses apontamentos, essa forma de conhecimento não deve ser menosprezada, visto que pode se revelar como um ponto de partida para a própria construção do conhecimento científico. Além do mais, a ausência de método ou testes comprobatórios não demonstram que as experiências adquiridas pelo senso comum possam ser incorretas.

Para exemplificar melhor, temos o uso de plantas medicinais (fitoterapia) para curar doenças, a associação entre o frio e a gripe que pode ocasionar imunidade baixa, e as fases da lua e a influência no corte de cabelo, fazendo com que os fios cresçam mais rápidos. Essas crenças populares são executadas por muitos indivíduos, mesmo não havendo validade ou cientificidade. Em Rodrigues e Grubba (2023, p. 43), o senso comum não exige uma postura consciente⁸, ponderada, reflexiva ou crítica, surge de um processo de socialização, vivido pelo ser humano.

O conhecimento científico estabelece-se rompendo com o senso comum (Ramos, 2003, p. 7), nota-se, que há uma diferença entre as duas espécies de conhecimento. Enquanto, o senso comum não detém um compromisso com a verdade, o conhecimento científico procura ratificar as informações por meio de métodos racionais válidos que possam ser replicados, realizando testes que comprovam a eficácia e veracidade da ideia levantada.

Conforme Koche (2011, p. 29), o conhecimento científico surge a partir do momento em que o homem deixa de assumir uma atitude meramente passiva, de observações dos fenômenos, sem interferir ou exercer uma forma sistemática. Nesse sentido, potencializa o uso

⁷ Importante frisar que o senso comum não se autoquestiona, não sendo construído de forma ordenada e metódica, como ocorre no conhecimento científico (Marques Neto, 2001, p. 38). Esse tipo de conhecimento amplia com o passar do tempo, ganhando forças e credibilidade por confirmações não científicas, mas sim, pelas experiências pessoais.

⁸ Observa-se uma postura conformista e não consciente, que impede o indivíduo de conhecer o novo, analisar as situações com mais cuidado, de questionar e ser crítico. Acostuma-se com a explicação ou a uma compreensão da realidade, sua aceitação deriva de uma adesão valorativa, em vez de uma análise crítica e racional (Rodrigues e Grubba, 2023, p. 44)

da racionalidade, de forma crítica, sistemática e metódica para esclarecer os fenômenos que ocorrem no mundo.

Segundo Rodrigues e Grubba (2023, p. 44), o conhecimento científico busca desvendar o que está no oculto por detrás da realidade, constituindo-se por um saber articulado e coerente. No momento em que há essa ruptura epistemológica⁹, o homem passa a criticar e analisar as situações em sua volta, saindo de uma postura conformista e inerte, para a busca de um novo conhecimento proveniente de racionalidade.

O conhecimento científico é consequência de determinadas exigências epistemológicas, alicerçado em métodos rigorosos e ordenados, com o sentido de obter uma verdade retificável (Guimarães, Lobato e Sales, 2021, p. 10). Desse modo, tem como principal característica a testabilidade, em que as suas hipóteses são testadas e os métodos auxiliam no caminho da obtenção dos resultados, para que assim possa ser corroborado ou refutado.

Nesse viés, a testabilidade do conhecimento científico ocorre por meio da pesquisa, utilizando métodos e técnicas adequadas, confirmando ou refutando hipóteses para chegar a uma conclusão mensurável. Por intermédio da pesquisa científica, coleta, amplia, analisa e refuta os dados adquiridos, formulando um novo conhecimento.

A pesquisa científica¹⁰ procura respostas para perguntas ou problemas que não encontram soluções imediatas (Gustin, Dias e Nicácio, 2020, p. 48). Apoiada no conhecimento científico, a pesquisa utiliza o raciocínio lógico e os métodos no sentido de transformar a sociedade e seus indivíduos, colaborando assim para o desenvolvimento humano, afastando-se do conhecimento comum.

Nesse diapasão, a partir da investigação nos fenômenos sociais, econômicos ou jurídicos, pela pesquisa científica, constrói-se conhecimentos importantes para o desenvolvimento do país. Por isso, o pesquisador social necessita observar a realidade social com um olhar crítico e multidisciplinar, especialmente, devido as diversas mudanças que ocorrem dentro da sociedade.

Na perspectiva de Taquette e Borges (2020, p. 165), a pesquisa é uma atividade básica da ciência com destino a encontrar respostas às inquietações dos seres humanos em sociedade. Ela rompe com a ideia de uma ciência fechada (cíclica), permitindo que ocorra a construção e

⁹ A Epistemologia serve para debater as formas válidas de conhecimento (empirismo, racionalismo, dentre outros), estuda a sua formação, e principalmente destaca a diferença entre senso comum e a ciência, abordando a cientificidade. Para Warat (1982, p. 52), a Epistemologia procura desenvolver as relações conflitantes entre a teoria e a práxis jurídica, ignorando o valor político do conhecimento na práxis.

¹⁰ Segundo Gustin, Dias e Nicácio (2020, p. 48), a pesquisa científica origina-se de uma indagação, uma questão colocada pelo pesquisador no qual não possui uma solução imediata.

desconstrução de paradigmas que irão dedicar-se as problemáticas existentes no cenário social complexo e dinâmico.

Em virtude disso, a pesquisa não deve ser realizada de forma asséptica e sem sentido, ela deve significar algo relevante e impactante para a sociedade (Taquette e Borges, 2020, p. 81). Não deve se resumir apenas uma mera reprodução de conhecimento ou normas, mas a uma produção de novas formas de entender os fenômenos e as relações sociais, que carecem de infraestrutura e de políticas públicas¹¹ para a concretização dos direitos fundamentais aos indivíduos.

Ademais, vale salientar que a pesquisa é fundamental para proporcionar e formular políticas públicas, visto que apoiam na tomada de decisões com base em evidências consolidadas e sólidas, e não apenas em opiniões ou superstições. O conhecimento científico é extremamente relevante para executar, monitorar e implementar políticas públicas na sociedade, buscando ações apropriadas e consistentes que canalizem as dificuldades reais.

Nota-se que a pesquisa científica traz à luz os dados, fatos e as relações que cooperam para uma aplicabilidade correta das políticas públicas, desenvolvendo inclusive melhorias tecnológicas para dirimir os casos complexos. Como, por exemplo, ocorrem no campo da Saúde, pesquisas sobre epidemiologia para combater doenças, algoritmos e técnicas de clusterização para programas de campanhas de prevenção, como ocorreu no controle da COVID-19, e o Projeto Consultório de Rua desenvolvido a partir de pesquisas qualitativas no SUS (Sistema Único de Saúde).

Por fim, o conhecimento científico juntamente com a pesquisa possui papéis importante na formulação e implementação de Políticas Públicas, fornecendo evidências e dados para orientar as tomadas de ações governamentais. Desse modo, três elementos são necessários para a geração das Políticas Públicas: a Ciência, a Política e as Aspirações, esses elementos geram um conjunto de soluções aos problemas nos setores como Saúde e Educação.

Assim como a inovação é essencial para ajudar nas necessidades da sociedade, a colaboração entre ciência, pesquisa científica e políticas públicas são importantes para enfrentar as problemáticas e promover o bem-estar dos indivíduos na sociedade. E para essa contribuição, temos como destaque a Pesquisa Qualitativa, que busca compreender a complexidade das relações sociais além dos dados numéricos, analisando os fenômenos sociais que impactam

¹¹ Souza (2006, p. 36) declara que as Políticas Públicas têm o objetivo que deve ser alcançado de forma intencional, envolvendo vários sujeitos e níveis de decisão, na finalidade de ocorrer a materialização ou aplicação na sociedade, a priori, por entes públicos e privados. Por conseguinte, a sua implementação é causadora de um impacto na vida das pessoas.

diretamente a população e a aplicação das Políticas Públicas. Por isso, em seguida, será analisada a Pesquisa Qualitativa, seus aspectos, suas características e distinções com o método quantitativo, para compreender de forma correta seus conceitos.

3 PESQUISA QUALITATIVA: UMA INTRODUÇÃO AOS SEUS FUNDAMENTOS

O surgimento da ciência ocorreu durante a época Renascentista, durante os séculos XV e XVI, rompendo com o senso comum e procurando explicar os fenômenos naturais utilizando a razão e a lógica. A revolução científica proporcionou a adoção do método científico¹², formulando hipóteses e realizando testes a partir da observação e da experimentação, no lapso temporal entre os séculos XVI ao XVIII, ocorreram várias mudanças sociais que tiveram como consequências alterações na forma de como os indivíduos enxergavam o mundo.

Nessa tessitura, no século XIX, as Ciências Naturais passaram a conquistar espaço e o destaque no campo do conhecimento, tendo como objetivo compreender os fenômenos naturais e os aspectos físicos, deixando em segundo plano, a compreensão do comportamento humano. Nesse ínterim, as Ciências Sociais¹³ nasceram com o propósito de estudar a sociedade, os grupos e os indivíduos, assim como a cultura e o desenvolvimento das relações sociais.

Entretanto, para lograr tais ações, as Ciências Sociais precisavam conquistar a credibilidade alcançada pelas Ciências Naturais, deveriam buscar a objetividade, neutralidade e racionalidade atribuídas ao método dessas ciências (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 1998, p. 112). Na tentativa de seguir o modelo da Ciência Tradicional, as Ciências Sociais teriam se tornado abstratas e afastadas da realidade na sociedade.

E nesse contexto, apenas na década de 1970 começa a ganhar força uma ciência mais comprometida com a transformação social, em oposição ao modelo da Ciência Tradicional e ao uso exclusivamente de técnicas quantitativas, surgindo dessa forma, o método qualitativo. Nessa conjectura, o método quantitativo¹⁴ foi adotado como iniciativa para entender a realidade a partir dos dados brutos e explicar os fenômenos sociais.

¹² Na linha de pensamento de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p. 86), o método científico pode ser visto como uma atitude crítica, questionando ideias e enunciados, buscando erros, incoerências ou contradições com outro campo do conhecimento. Ressalta-se, que o método é indispensável para a construção do conhecimento científico.

¹³ Taquette e Borges (2020, p. 64) informam que as Ciências Sociais nasceram na tentativa de dar respostas a novas inquietações que ocorrem de forma complexas na sociedade. As mudanças culturais resultantes dos processos de ordem econômica fizeram com que as correntes de pensamentos de base individual crescessem.

¹⁴ Importante frisar que o método quantitativo na medição numérica, contagem e estatística para estabelecer os padrões de comportamento das pessoas, utiliza a coleta e a análise de dados para responder as problemáticas da pesquisa e testar as hipóteses. (Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 5)

Apesar da busca pela precisão nos resultados, utilizando métodos rigorosos e ordenados, com o objetivo de evitar análises duvidosas ou incorretas, o método quantitativo não poderia ser visto com um conjunto de interpretações certas (Gustin, Lara e Costa, 2012, p. 296). Ademais, devido à complexidade da realidade social, tornava-se difícil quantificar as informações produzidas e entender a relação dos indivíduos com os fenômenos sociais pelo método quantitativo.

Dessa forma, o método qualitativo ou pesquisa qualitativa¹⁵ busca compreender os fatos sociais, dando ênfase bem mais no significado dado ao fenômeno do que na sua própria quantificação. Compreendendo dessa forma as condutas e atitudes humanas a partir da perspectiva dos demais indivíduos, explorando ideias, experiências e narrativas.

Conforme Fonseca (2009, p. 8), a pesquisa qualitativa¹⁶ se debruça sobre o sentido dos comportamentos humanos, que se encontram embebidos de valores, crenças, paixões e reações humanas. Salienta-se, que essa conjectura não são captáveis ou perceptíveis por variáveis matemáticas, por isso, a pesquisa qualitativa é aquela que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser medido em números. (Taquette e Borges, 2020, p. 50).

Ademais, é uma pesquisa interessada em aspectos mais subjetivos das interações sociais, em que busca descrever a realidade múltipla, encontrar significados para as problemáticas existentes e compreender o fenômeno na vida das pessoas, no nível individual ou coletivo. Para Taquette e Borges (2020, p. 50), no modelo qualitativo, o conhecimento é produzido entre o sujeito e o objeto de conhecimento, existindo um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o subjetivo dos indivíduos.

A pesquisa qualitativa tem como objetivo, proporcionar uma análise mais profunda dos processos ou das relações sociais, promovendo uma maior quantidade de informações que irá permitir enxergar o objeto de estudo nas suas complexidades, múltiplas características e relações (Igreja, 2017, p. 14). Dentre as características da pesquisa qualitativa temos: a subjetividade, o foco na interpretação dos dados, a flexibilidade, a descrição, o indutivismo (preocupação com o processo e não apenas ao produto), naturalística (a coleta de dados ocorre em ambientes naturais) e multimetodológicas¹⁷.

¹⁵ Ressalta-se, que a pesquisa qualitativa na sociologia para o estudo de grupos humanos deu-se pelos trabalhos desenvolvidos pela Escola de Chicago, nas décadas de 1920 a 1930.

¹⁶ Na visão de Fonseca (2009, p. 49), o método qualitativo interpreta e avalia os dados inerente ao comportamento humano, como os sentidos, crenças e desejos.

¹⁷ As pesquisas qualitativas possuem essa característica multimetodológicas porque usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 1998, p. 163)

Para Patton (1986, p. 22), a principal característica das pesquisas qualitativas é devido a elas serem compreensiva ou interpretativa. A pesquisa qualitativa considera que o indivíduo ao agir detém sempre de um sentido e significado que não conhece de forma imediata, necessita ser investigado e descoberto. Isso resulta em três características das pesquisas qualitativas: visão holística, abordagem indutiva e a investigação naturalística.

Por conseguinte, na visão holística a compreensão do significado de um evento é possível em função da compreensão das relações em um dado contexto. Na abordagem indutiva, o pesquisador parte de observações mais livres, as dimensões e as categorias de interesses surgem durante a coleta dos dados. E por último, a investigação naturalística consiste na redução da intervenção do pesquisador social no contexto observado.

Observa-se que a pesquisa qualitativa é adequada a diversas finalidades, principalmente na parte social, visto que ela proporciona produzir conhecimentos e compreender os fenômenos culturais e históricos, estabelece novos conceitos e dar a voz para grupos sociais. Dessarte, a utilização do método qualitativo exige do pesquisador um controle dotado de racionalidade e intuição (Fonseca, 2009, p. 50), especialmente devido à subjetividade do entendimento do pesquisador sobre determinado contexto¹⁸.

Na visão de Patton (1986, p. 22), a partir dos dados qualitativos, o pesquisador consegue registrar e compreender os indivíduos em seus próprios termos, essas medidas fornecem profundidade e detalhes que irão variar conforme o propósito do estudo ou pesquisa. Nesse desiderato, os dados qualitativos são detalhes descritivos de eventos, interações, observações comportamentais de pessoas acerca das suas experiências, crenças ou atitudes.

Nota-se, que o pesquisador social é uma peça importante no processo de investigação, visto que ele possui contato direto com o campo em que se investiga, captando os significados e os comportamentos observados. Além do mais, o material de campo na pesquisa qualitativa não é coletado e sim produzido na relação com o pesquisador (Taquette e Borges, 2020, p. 51).

A pesquisa qualitativa não possui uma sequência lógica nos momentos de investigação como ocorre com as pesquisas tradicionais, com relação as etapas de coleta e análise dos dados¹⁹, interpretação e compreensão dos dados, criação de hipóteses e verificação, tanto que

¹⁸ Ressalta-se que o pesquisador deve ter um cuidado com o envolvimento pessoal na pesquisa com os dados, com as emoções e afirmações que consideram ser verdadeiras sem racionalidade, as interpretações feitas pelo pesquisador social não são neutras devido aos fatores históricos, culturais e sociais, todavia, necessita que estar atento aos dados.

¹⁹ Segundo Knechtel (2014, p. 101), a abordagem qualitativa parte dos dados coletados para uma análise complexa e aprofundada, preocupando-se mais em inferir significados do que com a análise dos resultados. Uma pesquisa que apresenta um caráter mais subjetivo, principalmente no âmbito das Ciências Sociais.

na análise e a interpretação dos dados são realizadas de maneira participativa com a coleta durante o processo de investigação.

Vale destacar que as pesquisas qualitativas geram uma quantidade enorme de dados que precisam ser organizados e posteriormente compreendidos, em um processo contínuo que identifica dimensões, padrões, relações, e categorias, com o objetivo de trazer a tona o significado (Alves-Mazzotti e Gewandszajder, 1998, p. 170). Constata-se que este processo não é linear, e sim, bastante complexo, implicando em uma organização e interpretação de dados que acompanha toda a investigação.

Com relação às técnicas utilizadas na abordagem qualitativa, os instrumentos de coleta são: o estudo documental/bibliográfico, a observação, a entrevista individual ou em grupo, enquanto, na pesquisa quantitativa são a observação direta, o questionário e a estruturação dos bancos de dados (Taquette e Borges, 2020, p. 54). Nota-se, portanto, a distinção existente entre as pesquisas qualitativas e quantitativas.

Na abordagem quantitativa²⁰, considera-se extremamente importante a quantidade de dados, desde a fase da coleta, na organização, no levantamento de dados. Utilizando a estatística e técnicas quantitativas, o pesquisador realiza o cálculo percentual a partir de variáveis definidas (Fonseca, 2009, p. 49). Por isso, essa abordagem proporciona uma maior segurança e certeza nos resultados extraídos, estabelecendo uma relação de causa e efeito entre os fenômenos.

Segundo Taquette e Borges (2020, p. 83), enquanto a pesquisa quantitativa formula hipóteses que são confirmadas ou não pelos dados coletados e testados estatisticamente, a pesquisa qualitativa não trabalha com hipóteses, e sim com pressupostos oriundos do conhecimento científico coletado na revisão bibliográfica e de evidências científicas anteriores.

Infere-se, portanto, que as pesquisas quantitativas ou qualitativas são necessárias para realizar a pesquisa científica e gerar novos conhecimentos, juntamente com as técnicas de coleta de dados, conduzem o pesquisador social ao caminho adequado para obter o melhor resultado. Verificam-se várias limitações entre os métodos quantitativos e qualitativos para aplicação nas áreas do conhecimento, seja na tradicional, nas Ciências Aplicadas ou na Saúde.

Assim sendo, não deve existir uma separação estanque entre os dois tipos de pesquisas, mas sim uma complementariedade entre as duas formas de análise (Gustin, Lara e Costa, 2012, p. 296). Nesse ínterim, ambas as abordagens traduzem as articulações entre o singular e o coletivo, e para o campo da Saúde a existência da interação entre os métodos quantitativos e

²⁰ Para Taquette e Borges (2020, p. 51), na abordagem quantitativa, o estudo é de caráter experimental e matemático, caracteriza-se pela descrição empírica e medidas de análises das variáveis, e detém como pressuposto o cultivo do rigor científico, da objetividade e da neutralidade na ação investigativa.

qualitativos são de grande utilidade, visto que tanto o individual, quanto o coletivo estão presentes no processo. A pesquisa qualitativa juntamente com a quantitativa em um ambiente complementar, produz uma análise mais assertivas das problemáticas da sociedade.

4 A PESQUISA QUALITATIVA E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA SAÚDE

O direito à saúde aos cidadãos brasileiros está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo garantido para todos como um direito fundamental²¹ e como um princípio da dignidade da pessoa humana, no qual o Estado tem o dever de garantir mediante as políticas públicas, o acesso ao sistema de saúde, redução de doença e ações que promovam a proteção e a recuperação dos seus pacientes.

Na visão de Souza (2006, p. 36), as Políticas Públicas²² têm o objetivo que deve ser conquistado de forma intencional, no qual envolve vários sujeitos e níveis de decisão, com o propósito de ocorrer a formulação e implementação na sociedade, por entes públicos ou privados. Nesse desiderato, a aplicação de Políticas Públicas, em especial no campo da Saúde, produz um grande impacto na vida das pessoas.

Nesse ínterim, as Ciências da Saúde²³ ocupa-se em cuidar das pessoas que vivem na sociedade, compreendendo a dialética dos pacientes e da coletividade em que estão inseridos. Além disso, a partir das pesquisas desenvolvidas nessa esfera, temos como consequência a prevenção e o tratamento de doenças, aumentando a qualidade de vida das pessoas e assegurando um bem-estar social, assim como elencado na Constituição Federal de 1988.

Devido a isso, a pesquisa qualitativa nascida nas Ciências Sociais é apropriada para conceder respostas as várias questões e problemáticas oriundas no campo da saúde (Taquette e Borges, 2020, p. 65). Por isso, a interação nas abordagens metodológicas na área da saúde é de grande utilidade, visto que o indivíduo e o coletivo estão sempre vigentes no processo saúde-doença (Taquette e Borges, 2020, p. 51).

²¹ Os direitos fundamentais possuem uma hierarquia constitucional e são essenciais na ordem jurídica, além disso, eles estão positivados na Constituição em que devem ser protegidos e fomentados. Alcançam os direitos de defesa liberais clássicas e os direitos sociais que visam ao asseguramento de um mínimo existencial ao cidadão (Alexy, 1999, p. 61)

²² Para Franco (2021, p. 81), as Políticas Públicas são iniciativas propostas pelo governo que tem o objetivo de concretizar o interesse público em áreas chaves que são obrigações do Estado, como a segurança, a saúde, a vida, infraestrutura e a alimentação. Decorrente de decisões baseadas em um processo de diagnóstico e análise de viabilidade, buscando soluções para as problemáticas existentes.

²³ A pesquisa científica na área da Saúde fornece o desenvolvimento da medicina tendo um avanço tecnológico tanto para a construção de novos equipamentos que auxiliem na recuperação dos pacientes, como também no aperfeiçoamento de novos medicamentos para erradicar doenças graves existentes.

Nessa ótica, a pesquisa qualitativa possibilita analisar e avaliar os caminhos das políticas públicas, auxiliando como um método para que os gestores e figuras públicas possam a partir das análises, concretizar e implementar melhorias no campo da saúde, na educação, e no meio ambiente. Além disso, a pesquisa qualitativa pode conceder diagnósticos e produzir informações extremamente relevante dentro de um estudo de caso que poderá apoiar na formulação e implantação de Políticas Públicas de Saúde dentro da sociedade.

Nessa conjectura, a pesquisa qualitativa contribui com o avanço científico e eleva a capacidade em avaliar as Políticas Públicas de Saúde não somente pela análise quantitativa, por meio de números e estatísticas, mas também por abordagens interpretativas e compreensivas, analisando as práticas dos indivíduos, experiências sociais e programas que são ofertados pelo ente público. No campo da Saúde, a análise subjetiva sobre epidemias facilita o encontro de soluções eficazes proporcionando campanhas de prevenção e de combate a doenças.

Da mesma forma, a utilização do método quantitativo nos casos de epidemias contribui para realizar comparações no número de infectados por uma doença/vírus, a pesquisa²⁴ qualitativa possibilita a observação e investigação dos focos desses casos. Desse modo, observa-se, a real necessidade da utilização de abordagens metodológicas na pesquisa científica na área das Políticas Públicas de Saúde.

Embora o desenvolvimento da pesquisa qualitativa em Políticas Públicas na área da Saúde tenha iniciado de forma tardia, seu impacto após a utilização deste método tornou-se bastante evidente, isso porque, a partir do desenvolvimento no campo científico com o método qualitativo, pode-se aprofundar a compreensão dos significados dos fenômenos sociais em Políticas de Saúde e facilita para uma análise crítica e subjetiva que assessora na tomada de decisões dos gestores em órgãos públicos para a aplicação de melhorias aos cidadãos.

Na percepção de Igreja (2017, p. 16), a pesquisa qualitativa sai do espaço acadêmico e desperta o interesse dos que pensam e elaboram políticas públicas, que buscam pesquisas voltadas para o estudo dos problemas sociais e das instituições voltadas para o encontro dessas soluções. Mediante as ponderações realizadas pela pesquisa qualitativa na aplicação de Políticas Públicas de Saúde, surgem sugestões de melhorias e a possibilidade de desenvolvimento tecnológico no país, trazendo uma eficácia nos serviços sociais de saúde.

A utilização de metodologias qualitativas para avaliar as reais condições do cenário social, auxilia também no desenvolvimento econômico, em que coopera para uma destinação mais eficiente dos recursos públicos, com medicamentos efetivos e aprimoramento de Políticas

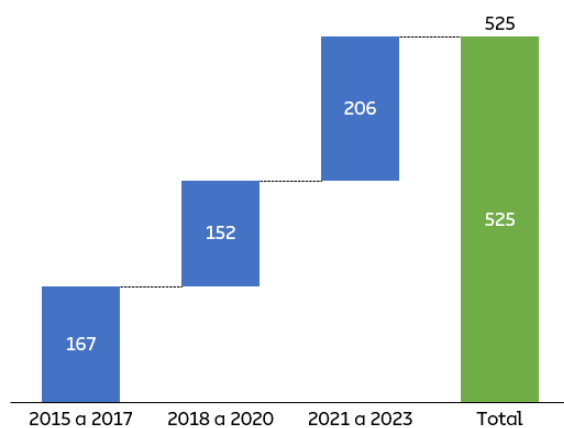
²⁴ Para Américo (2021, p. 21), os métodos de pesquisa qualitativa podem e devem ser entendidos como ferramentas de coleta e análise de dados concomitante.

Nacionais do Sistema Único de Saúde, que irão proporcionar um maior benefício ao um maior número de pacientes e cidadãos. Desse modo, observa-se, a aplicabilidade da pesquisa qualitativa nas Políticas de Saúde, tendo como consequência um avanço científico, tecnológico e de desenvolvimento econômico.

Em suma, nota-se também que a produção científica no campo das Políticas Públicas de Saúde a partir da análise qualitativa vem crescendo veemente, em comparação ao quantitativo. Ao realizar uma análise exclusivamente na plataforma do SciELO do Brasil²⁵, com o recorte temporal no período de 2015 a 2023, com os seguintes indexadores: “Pesquisa Qualitativa”, com a área temática “Ciências da Saúde, e como subárea “Políticas Públicas”, foram encontrados 525 artigos.

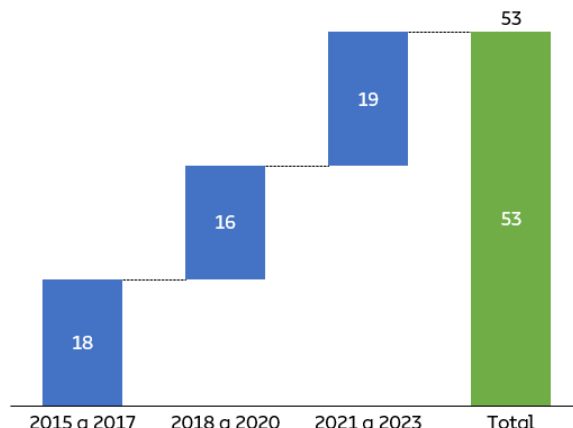
Sendo, portanto, 167 artigos no triênio de 2015 a 2017, 152 entre 2018 e 2020 e 206 entre 2021 e 2023²⁶. Em contrapartida, quando realizada o mesmo caminho no programa do SciELO do Brasil, mas inserindo como abordagem a Pesquisa Quantitativa na esfera das Políticas Públicas de Saúde, obteve como resultado um total de 53 artigos, sendo 18 no triênio de 2015 a 2017, 16 entre 2018 a 2020 e 19 entre 2021 a 2023.

Gráfico 1 – Pesquisa Qualitativa no período de 2015 a 2023



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Gráfico 2 – Pesquisa Quantitativa no período de 2015 a 2023



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Constata-se, em termos percentuais no total de artigos publicados por ambos os tipos de pesquisa que 89,91% correspondem à Pesquisa Qualitativa e apenas 10,09% equivalem à Pesquisa Quantitativa na área da temática das Políticas Públicas de Saúde (Gráfico 3). Quando

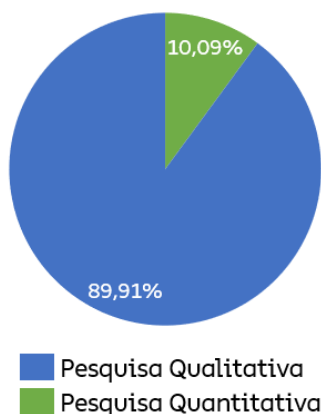
²⁵ A consulta foi realizada no sítio eletrônico: <https://www.scielo.br/>

²⁶ Na fase de coleta de dados não foi considerado o ano de 2024, devido às produções acadêmicas ainda estarem sendo produzidas.

recolhemos a subárea das Políticas de Saúde e averiguarmos apenas na grande área da Ciência a Saúde, alcança-se como resultado um total de 2.600 artigos produzidos com a utilização da Pesquisa Qualitativa e apenas 415 artigos com a Pesquisa Quantitativa.

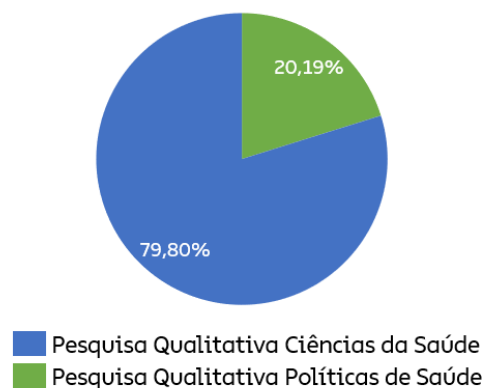
Realizando uma comparação dos dados de produção com e sem a subárea das Políticas Públicas de Saúde na Pesquisa Qualitativa, temos um total de 2.600 abrangendo toda a área da Ciência da Saúde e 525 na subárea das Políticas Públicas, em termos percentuais, tem-se um aumento de 79,80% no uso do método qualitativo na esfera da Saúde nas pesquisas científicas no Brasil.

Gráfico 3 – Total de artigos publicados por ambos os tipos de Pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Gráfico 4 – Produção científica nas Ciências da Saúde e na subárea da Política Pública de Saúde



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Infere-se, portanto, que a Pesquisa Qualitativa impacta diretamente na formulação e implementação de Políticas Públicas de Saúde, desde a produção científica em si na contemporaneidade, como no apoio na tomada de decisão pelos gestores públicos a partir das análises obtidas pela adoção da metodologia qualitativa no âmbito da Saúde. Principalmente, nos casos de Epidemiologia para o combate a doença, programas de proteção e prevenção, e nas Políticas Nacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desse modo, importante pontuar que a aplicação da Pesquisa Qualitativa na formulação e implementação de Políticas Públicas de Saúde no Brasil tendem a crescer de forma contínua, trazendo benefícios a sociedade e aos cidadãos brasileiros. Os estudos qualitativos possuem o potencial de desvelar o significado das ações humanas, e possibilitar tanto a compreensão da objetividade quanto da subjetividade presente nos problemas de investigação (Taquette e Borges, 2020, p. 205). Por fim, as reflexões finais, levam-nos a considerar que a Pesquisa

Qualitativa deve ser utilizada não apenas na área das Políticas Públicas de Saúde, mas de todas as áreas do conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe algumas considerações acerca da Pesquisa Qualitativa no âmbito das Políticas Públicas de Saúde, abordando a importância do conhecimento científico e da pesquisa para a efetivação das Políticas Públicas em prol das problemáticas existente na sociedade, além de descrever os fundamentos do método qualitativo. Nesse viés, buscou verificar as contribuições e os impactos da Pesquisa Qualitativa na formulação e implementação de Políticas Públicas de Saúde no Brasil.

No decorrer do presente trabalho foi possível verificar a abordagem do método qualitativo no impacto de implementação de Políticas Públicas de Saúde. Diante da premissa de que a produção da pesquisa qualitativa nas políticas de saúde resulta no desenvolvimento científico e técnico, esclarecendo e aprofundando informações com os cenários complexos e difíceis de difícil quantificação.

Nessa conjectura, a Pesquisa Qualitativa busca compreender os fatos sociais, compreendendo o comportamento humano, suas condutas e atitudes, que se encontra emergidos por valores, crenças e reações humanas, dando ênfase no significado desse fenômeno do que na sua própria quantificação, não se preocupando com um nível de realidade que possa ser mensurado em números.

Dentre as suas características, a Pesquisa Qualitativa detém o foco na interpretação dos dados, na subjetividade, verificando não apenas o produto, mas todo o processo, sendo naturalística e multimetodológicas, utilizando uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados para alcançar os resultados que pretende auferir.

Com relação às Políticas Públicas de Saúde, o Estado tem o dever de garantir ações que promovam a proteção e a recuperação dos seus cidadãos, mediante a aplicação de políticas públicas de saúde que irão assegurar a qualidade de vida e o bem-estar da população, decorrentes de decisões baseadas em um diagnóstico e análise de viabilidade. Em conjunto com a Pesquisa Qualitativa, busca possibilitar, analisar e avaliar de forma aprofundada os problemas existentes na realidade social, auxiliando os gestores e figuras públicas a tomarem decisões a partir de análises completas e assertivas.

Embora tenha ocorrido o desenvolvimento tardio da Pesquisa Qualitativa em Políticas Públicas de Saúde, o impacto após a utilização desse método tornou-se bastante evidente. Além

disso, na produção científica atualmente, constata-se um crescente aplicação desse método em comparação ao quantitativo. Obtendo-se como resultado, na plataforma do SciELO Brasil, durante o lapso temporal de 2015 a 2023, em termos percentuais de 89,91% dos artigos científicos com abordagem da Pesquisa Qualitativa em Políticas Públicas de Saúde, contra 10,09% pelo método quantitativo.

Por fim, as reflexões finais levam-nos a considerar que a Pesquisa Qualitativa contribui de forma significativa para a implementação de Políticas Públicas de Saúde, e cada vez mais deve ser fomentado essa aplicabilidade para obter um resultado mais satisfatório, além disso, a Pesquisa Qualitativa deve ser utilizada não apenas na área das Políticas Públicas de Saúde, mas em todas as áreas do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Direitos Fundamentais no Estado Constitucional Democrático. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro. v. 217, 1999.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método Nas Ciências Naturais e Sociais**. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMÉRICO, Bruno. **Método de pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à Pesquisa no Direito**: pelos caminhos do conhecimento e da inovação. Rio de Janeiro: Campus e Elsevier, 2009.

FRANCO, Julio. **Diseño de Políticas Publicas**: Una guía práctica para transformar ideas en proyectos viables. México: IEXE editorial, 2021.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel; LOBATO, Andrea Teresa Martins; MARQUES, Leonardo Albuquerque. A pesquisa jurídica no mestrado: uma introdução aos seus fundamentos. **REVISTA DA AGU**, [S. l.], v. 23, n. 01, 2024. DOI: 10.25109/2525-328X.v.23. n.01.2024.3146. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/3146>. Acesso em: 23.04.2024.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel; LOBATO, Andrea Teresa Martins; SALES, Reginaldo da Rocha Santos. A metodologia da pesquisa no âmbito do controle social: contributos da escola sociológica de Chicago para a criminologia. **Revista Lex de Criminologia e Vitimologia**. Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 103-126, set./dez. 2021. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/163293>. Acesso em: 12.06.2024.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. DIAS, Maria Tereza Fonseca. NICÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. LARA, Mariana Alves. COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da. Pesquisa quantitativa na produção de conhecimento jurídico. **Rev. Fac. Direito**

UFMG, Belo Horizonte, n. 60, jan/jun. 2012, p. 291 a 316. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2012v60p291/169>. Acesso em: 25 mai. 2024.

IGREJA, Rebecca Lemos. O Direito como objeto de estudo empírico: o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, p. 11-38. Disponível em: <https://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/04/MACHADO-Mai%CC%81ra-org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: uma teoria da ciência e iniciação científica à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito: conceito, objeto, método**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation methods**. Londres: Sage Publications, 1986.

RAMOS, Edith Maria Barbosa. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. GRUBBA, Leilane Serratine. **Pesquisa Jurídica Aplicada**. Florianópolis: Habitus, 2023

SAMPIERI, Roberto Hernández. COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 23.04.2024.

TAQUETTE, Stella Regina. BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.

WARAT, Luis Alberto. Saber crítico e senso comum teórico dos juristas. **Revista Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 48-57, 1982. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/17121>. Acesso em: 14.06.2024.